Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

ANO I — N.º 20 — 28/3 a 11/4/1975 — QUINZENAL — 2$50

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: MARCIA GOUVEIA — AVENÇA

COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

EDITORIAL

O 11 DE MARÇO E SEU SIGNIFICADO

Não vamos analisar as múltiplas peripécias militares e para-militares ocorridas no dia 11 de Março.

Mais que averiguar como se desencadearam e processaram os acontecimentos parece-nos mais importante, agora, ver quais os resultados efectivos desse momento histórico, qual o verdadeiro significado da situação que se iniciou.

O 11 de Março significa no plano económico e político o reforço da via capitalista de Estado; significa o fim da iniciativa dos monopolistas privados.

Analisámos, por várias vezes, em editoriais anteriores, o desenvolvimento da maior ou menor intervenção estadual. Mas até ao 11 de Março tudo se processava, de facto, de forma a não eliminar a curto prazo a iniciativa dos capitalistas e monopolistas privados. Foi neste contexto que surgiu o programa económico e social do Governo.

Embora a maior intervenção estadual fosse plataforma comum a todas as forças políticas da coligação governamental, eram bem claras as oposições que o PCP e todos os partidos da sua órbita, manifestavam aos limites dessa intervenção. Eram bem claras as oposições deste sector político à moderação do programa económico e a sua tentativa de consolidar na prática algumas nacionalizações através da instrumentalização da luta dos trabalhadores. O 11 de Março significou a vitória desta última tendência. Significou o fim dos monopolistas privados. Significa o reforço do Capitalismo de Estado ou seja, do domínio do Estado sobre toda a via económica e social.

RAZÕES QUE EXPLICAM O TRIUNFO DESTA OPÇÃO POLITICO-ECONÓMICA EM PORTUGAL

A crise do capitalismo ocidental parece-nos um dos factores mais importantes, que levou em Portugal à necessidade de enveredar por uma via mais radical para atenuar a inflação monetária.

A economia portuguesa actual tem particularidades que agravam ainda mais a crise mundial e acentuam alguns dos seus aspectos:

— Os empréstimos a que o Estado tinha que recorrer para financiar a guerra colonial, que aceleraram a inflação; o equilíbrio desses empréstimos pelas remessas dos emigrantes, as quais sem contrapartida na produção (devido à restrição do mercado de consumo interno: salários baixíssimos, e à crise nas exportações), acumulavam-se monetariamente sem se conterem financeiramente, acentuando a inflação;

— A crise mundial do desemprego e, sem dúvida, também as circunstâncias políticas portuguesas, diminuem as remessas dos emigrantes e as receitas do turismo, o que torna Portugal mais dependente dos capitais externos. (Não é por acaso que depois do 25 de Abril têm baixado muito as reservas de ouro no Banco de Portugal).

EM QUE MEDIDA ESTA OPÇÃO ECONÓMICA PODE RETIRAR PORTUGAL DESTE IMPASSE ECONÓMICO?

O controle da banca representa em Portugal não só o domínio do mundo monetário, mas também da indústria. Entre nós (ao contrário do que se passou na generalidade dos países ocidentais) foram os grupos industriais que criaram os seus bancos (exceptuam-se os casos dos Bancos Espírito Santo e Português do Atlântico), estando estes muito estreitamente ligados à actividade das empresas industriais do grupo.

Esta opção económica não passa, para já, pela eliminação dos capitalistas não-monopolistas. Antes pelo contrário, a sua preservação é importante. Primeiro, devido à incapacidade actual dos organismos governamentais procederem a uma planificação de toda a economia; deixando que subsistam em regime de livre-empresa parte das empresas (precisamente aquelas que não tem possibilidades de fazer concorrência às empresas do Estado), criando-se as condições para superar as lacunas

(Continua na pág. 3)

A COMUNA DE PARIS DE 1871. LIÇÕES DUMA INSURREIÇÃO PASSADA PARA UMA INSURREIÇÃO FUTURA.

PAG. 8

MESA REDONDA

OS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA E A CONSTRUÇÃO DO SINDICATO

Uma lista de candidatura ao Sindicato dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, pediu ao «COMBATE» para lhes dar um certo apoio nesse processo de candidatura.

Quisemos aproveitar a ocasião para fazer uma pequena discussão sobre coisas que temos vindo a discutir há algum tempo entre nós e também entre pessoas ligadas à actividade sindical.

De acordo com o programa de candidatura que eles apresentaram e de acordo também com as questões que nós temos levantado, os aspectos mais importantes que se põem, relacionam-se com a actividade revolucionária em estruturas de tipo sindical. Até que ponto é que estruturas de tipo sindical servem de alguma maneira o processo revolucionário? Esta é a questão central. A outra questão relaciona-se concretamente com o activismo sindical ao nível da Função Pública.

Ver página 2

SUMÁRIO: LUTAS NAS EMPRESAS, QUARTÉIS, ESCOLAS E HABITAÇÃO

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

SINDICATOS, INSTRUMENTOS DE LUTA ANTI-CAPITALISTA MAS NO INTERIOR DO PROCESSO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

MESA-REDONDA COM TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA: CÂMARA (CML) IMPOSTOS (DGCI) E COMBUSTÍVEIS (DGC)

Trabalhador A (DGCI) — Supomos que a luta sindical tem importância numa actividade revolucionária, na medida em que admitimos que o Sindicato continua a ser um ponto de aglutinação da vontade dos trabalhadores à volta de problemas concretos da sua luta contra a estrutura capitalista.

Eu penso que desempenha uma função, todavia limitada na luta revolucionária porque admito que o Sindicato apenas poderá ser um instrumento de luta das classes trabalhadoras contra o capitalismo, mas no interior do processo das relações de produção do capitalismo, sem que todavia permita a tomada do poder político pelos trabalhadores.

Parece que o Sindicato só por si não é o instrumento de luta política por excelência, das classes trabalhadoras. Esse instrumento terá de ser, pois, uma organização política, onde a luta política seja efectivamente o aspecto fundamental. O Sindicato não desenvolve a luta política em si, embora tenha ou deva ter perspectivas políticas; não desencadeia lutas políticas; não trava uma luta política contra o poder político do capitalismo, mas é um instrumento de luta, podemos dizer, um instrumento de luta económica. Sem que com isto queiramos significar que o Sindicato deve ter perspectivas «trade-unionistas», mas o que é certo é que o Sindicato nas mãos dos trabalhadores é a organização através da qual os trabalhadores lutam contra o capitalismo, mas no interior das relações de produção do capitalismo.

NÃO SE DESTRUIRÁ TODA A ESTRUTURA SINDICALISTA DO FASCISMO SE TODO O PROCESSO SINDICALISTA NÃO FOR POSTO EM CAUSA.

Sendo assim, o Sindicato tem uma intervenção revolucionária relativamente limitada. Será só na medida em que as lutas dos trabalhadores através do Sindicato também proporcionarem um avanço de luta política, que o Sindicato ou a organização sindical, poderá intervir no processo revolucionário. Tanto assim que poderemos talvez ter a compreensão melhor do fenómeno conhecendo a história do capitalismo europeu.

Os Sindicatos nasceram num momento em que o desenvolvimento do capitalismo atingiu um grau elevado que permitiu a nacionalização da produção. Foi nessa altura que nasceram os Sindicatos. Eles tornaram-se então os instrumentos de luta por excelência dos operários. A breve trecho nasceram os partidos políticos. A certa altura aconteceu que os sindicatos passaram, onde quer que os partidos políticos tomaram a vanguarda da luta política do operariado, a ser instrumentos subsidiários da luta do proletariado; instrumentos que até eram utilizados pelos próprios partidos políticos. Daí que os partidos, por exemplo de raiz leninista, advogassem no período da II Internacional, a tomada dos sindicatos. Os comunistas deviam tomar conta dos sindicatos e, porquê? Porque os sindicatos teriam que ser o elemento subsidiário da luta política desencadeada pelos partidos políticos, que constituíam a vanguarda revolucionária do operariado.

A partir de certa altura, o que é que acontece? Acontece que quando estes partidos políticos deixam de constituir a vanguarda do proletariado, os próprios sindicatos também não continuaram a ser instrumentos de luta revolucionária. Eles não regressaram ao período revolucionário, mas estagnaram na sua luta pura e simplesmente reivindicativa. É certo que se confinavam neste contexto da luta no interior das relações de produção capitalista, mas sem uma perspectiva revolucionária, porque entretanto os sindicatos tinham, por assim dizer, transferido a luta política para os partidos políticos e os sindicatos deixaram de ter uma acção política, porque entretanto eram utilizados e manipulados pelos próprios partidos políticos.

É por isso que eu tenho dito muitas vezes, que, por exemplo, nas circunstâncias históricas do nosso país, o sindicalismo terá de regressar um pouco às origens. Ou seja, os operários e trabalhadores portugueses terão necessidade de voltar a uma actividade sindical de tipo de confrontação dos trabalhadores com o capitalismo no interior das relações de produção do capitalismo e, portanto, aparece aqui o movimento sindical no nosso país um pouco nas condições em que eles, sindicatos, nasceram na própria situação histórica que o movimento sindicalista quase surgiu. Pode dizer-se que o desaparecimento do aparelho de Estado fascista coloca tudo quase no início; coloca as perspectivas revolucionárias do nosso país, quase no início de tudo; coloca em relação ao sindicalismo e coloca em relação aos próprios partidos políticos.

Não será por acaso que aqui no nosso país as correntes de esquerda, que não são únicas no Ocidente, ou correntes marxistas-leninistas que se situam, para definir esquematicamente as situações, à esquerda do P. C. tradicional; de vanguarda do operariado e que deixou de ter perspectivas revolucionárias e portanto passou a desenvolver a sua estratégia e táctica política numa posição revisionista. Pois, não é por acaso que, aqui, essas organizações marxistas-leninistas, ou à esquerda do P. C., inclusivamente, neo-trotskystas, trotskystas, aparecem com uma expressão e um dinamismo muito maior que em qualquer outro país. E aparecem como uma necessidade histórica neste momento. No entanto, como uma tentativa de recuperação do processo, mas como uma necessidade dos trabalhadores, do operariado português em encontrar, por assim dizer, o instrumento de luta política que mais serve aos seus interesses revolucionários.

Isto acontece nas organizações políticas e também acontece no sindicalismo. Não se destruirá toda a estrutura sindicalista do fascismo se todo o processo sindicalista não for posto em causa, para o identificar com uma perspectiva revolucionária.

TRAB. C (DGC) — Eu vou pegar num problema que o camarada anterior pôs que é a questão do Sindicato, como instrumento de luta contra o capitalismo, mas ainda dentro das relações da produção capitalistas.

Isto é um ponto extraordinariamente importante e que é pouco claro ao nível das grandes massas trabalhadoras e mesmo de muitos quadros políticos que gravitam neste momento em Portugal. E é um ponto importante porque é precisamente neste aspecto que se deve contestar a organização sindical. O sindicato se nasceu como organização autónoma de defesa de interesses económicos da classe trabalhadora, degenerou a partir daí e neste momento os sindicatos, no meio de produção capitalista, quer privado, quer de Estado, aparece fundamentalmente como um instrumento de contenção dos trabalhadores e de diálogo. De contenção por um lado, e de diálogo por outro, entre as estruturas de Estado e as massas trabalhadoras. Por outro lado, a própria organização sindical aparece fundamentalmente como estrutura de cúpula e em que as bases têm muito pouco a dizer.

OS SINDICATOS ACTUAIS SÃO INSTRUMENTOS DE CONTENÇÃO DOS TRABALHADORES.

O que se passa neste momento é que aparece uma outra ideia a rebater isto, que parte do princípio de que desde que estejam dirigentes revolucionários à testa dos sindicatos, estes podem ter uma posição radical ou revolucionária, o que é errado. Os sindicatos em si são estruturas de amolecimento dos trabalhadores perfeitamente ligadas às relações de produção capitalistas, privado ou de Estado. Porque é a própria estrutura que é de contenção em si. Eu pessoalmente acho que os militantes revolucionários, os militantes progressistas não devem abandonar nenhum campo de luta. É errado também andar à procura de campos privilegiados de luta abandonando os campos de confrontação directa. Ora, os sindicatos neste momento também são polos de confrontação, são polos de luta de classes, são polos de confrontação directa até entre ideologias antagónicas que germinam no seio das massas trabalhadoras. Portanto, de maneira nenhuma devemos abandonar esse campo. Devemos ter sempre em mente (e nisso estou perfeitamente de acordo com a análise que o camarada anterior fez) que efectivamente os sindicatos são instrumentos de luta dentro do modo de produção capitalista dentro da organização da sociedade que temos neste momento.

No caso dos funcionários públicos o que é que se passa? Temos uma massa de 300 000 trabalhadores da Função Pública perfeitamente amorfa, massa que se pode caracterizar historicamente como clientela do fascismo. Quer dizer, efectivamente há muito sub-emprego na função pública, e todo esse sub-emprego era derivado de o fascismo necessitar de ter indivíduos a quem dava o mínimo de subsistência a criar outros instrumentos (porque para isso não tinha acumulação capitalista suficiente), como seja o subsídio de desemprego, para os calar.

Por isso, a máquina de Estado foi empolando, com toda uma massa de trabalhadores, fundamentalmente vindos do campo para a cidade, que não estão a produzir absolutamente nada e que não são de maneira nenhuma necessários até à própria máquina de Estado. Isto não nos leva a tomar posição em defesa da racionalização da máquina de Estado, não é nesse campo que devemos conduzir a nossa luta, simplesmente temos que compreender é que a própria estrutura da máquina de Estado é extraordinàriamente hierarquizada e não foi o 25 de Abril que veio modificar isso; forma uma massa que pode ser liderada à esquerda, à direita, ou ao centro, que pode ser sempre instrumentalizada pelo partido A ou pelo partido B, pelo interesse A ou pelo interesse B. Interesses que não têm nada a ver efectivamente com os interesses reais dessa massa trabalhadora. Foi o que se viu ao longo da luta dos funcionários públicos, que as pessoas andam a tactear, temos uma organização que não é organização nenhuma, ao fim e ao cabo limita-se a ser um instrumento de cúpula, com tomada de poder por determinados grupos organizados partidàriamente que ocupam e impõem uma determinada organização. Impõem-na escamoteando toda a discussão de base e qual é a discussão de base? É sobre o sindicalismo, o que se pretende com uma organização sindical para os funcionários públicos; o que é que os trabalhadores têm a ganhar com este sindicalismo que ninguém sabe o que é, instrumento mítico e que se diz que os trabalhadores não podem resolver nada dos seus problemas sem primeiro terem o sindicato. E os problemas reais, concretos, do quotidiano dos trabalhadores são postos de lado para serem resolvidos miticamente no momento em que for criado esse sindicato. Aqui aparece já uma determinada concepção de sindicalismo que na prática leva à contenção e à desmobilização dos trabalhadores, neste caso T. F. P. É contra isso que se tem de lutar. Tem que se lutar como? A via que se vê neste momento é a organização dos trabalhadores ao nível das suas unidades de trabalho sejam Direcções-Gerais, sejam outros departamentos e a partir do crescimento dessa organização da base então caminha-se para a construção de uma organização a nível global.

TRAB. B — Nós, na CML, temos vindo a desenvolver uma luta, há já quase 1 ano, precisamente tentando combater a tendência que apareceu, extremamente incorrecta — de que de facto o sindicato viria resolver os problemas dos T. F. P.. O sindicato seria um milagre, uma coisa caída do céu. Desenvolvemos uma luta tentando combater isso.

O primeiro órgão que os trabalhadores da CML tiveram foi uma comissão «ad-hoc» que tentou dinamizar o processo em todos os locais de trabalho. Deve-se dizer que os trabalhadores da CML são cerca de 11 237, dispersos em 252 locais de trabalho. Essa comissão «ad-hoc» e um Secretariado que se lhe seguiu, desenvolveu os seus esforços no sentido de estabelecer e implantar a organização a partir dos locais de trabalho para dinamizar o processo sindical. Como é óbvio, sem ter havido uma discussão bastante alargada sobre sindicalismo conduziu a que os delegados tivessem que em muitos, ou na maioria dos locais ir sendo progressivamente substituídos. Dá-se um exemplo: a certa altura apareceu nas reuniões da Assembleia de Delegados um senhor que era chefe de repartição e se dizia representante de todo o sector da limpeza. O sr. acabou por ser desmascarado precisamente por trabalhadores do sector da limpeza. Depois deste, apareceram os Inspectores que foram também substituídos pelos capatazes, até que neste momento são os cantoneiros que repretam o pessoal da limpeza. Neste momento, nesse sector há representantes dos capatazes, cantoneiros e também dos inspectores. Só que isto só se conseguiu ao fim de um ano.

NA C.M.L. COMBATE-SE A IDEIA DE QUE O SINDICATO SERIA O MILAGRE QUE RESOLVERIA TODOS OS PROBLEMAS DOS TRABALHADORES.

A massa dos trabalhadores da CML é uma massa perfeitamente amorfa e com uma grande taxa de analfabetismo. Nalguns locais de trabalho essa taxa cifra-se nos noventa e tal por cento. Por exemplo: num local de trabalho de 120 trabalhadores há 84 que não sabem escrever. Assinam o recibo do vencimento pondo uma cruz. Isto é muito importante.

É muito difícil neste momento, com a ausência de verdadeiros quadros sindicais, construir uma organização. Neste momento o Secretariado actual encontra-se em fase de extinção devido ao processo eleitoral. Este aparece precisamente como uma consequência de facto de todo aquele trabalho preparatório. Este processo eleitoral era a me-

(Continua na pág. 7)

No mercado de trabalho, o próprio quadro torna-se contra a sua vontade, simples valor monetário

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

EDITORIAL

(Continuação da pág. 1)

na planificação das empresas estaduais. Segundo, porque nas contratações colectivas de trabalho, tomam-se em consideração as pequenas empresas desse sector, para o estabelecimento dos salários. Deste modo, as empresas sob controle do Estado pagarão salários mais baixos do que lhes seria economicamente possível, visto que a bitola para os limites máximos de salários são as pequenas empresas.

O primeiro dos objectivos do novo regime económico cremos que deverá ser o da contenção dos preços e salários. Esta medida, de carácter deflaccionista e que, sendo a banca privada e os grandes grupos permanecendo sob o controle privado, teria como consequência agravar a estagnação económica, não acarreta essa consequência (ou, pelo menos, não a acarreta tanto) estando a banca estadualizada. Serão as encomendas do Estado que irão reactivar a vida económica, e terá aí um papel importante o desenvolvimento de «culturas industriais» (plantação de culturas que se destinam a ser industrializadas) após a reforma agrária, bem como a produção nacional de maquinaria destinada a tais culturas (cf. a recente constituição de uma fábrica de tractores). É natural que o Estado desenvolva também outras actividades de base como a mineração. A limitação dos preços e o emprego generalizado, além de uma distribuição de rendimentos menos diferenciada, permitirá aumentar um pouco o mercado de consumo interno de bens de consumo, mas isto é insuficiente para a reanimação da economia. Será necessário aumentar as exportações. Na actual crise, serão os países do bloco da URSS que poderão abrir a Portugal novos mercados, bem como alguns países do «terceiro mundo». (Note-se que uma percentagem diminuta das importações do bloco da URSS representam, para Portugal, uma elevada percentagem nas exportações). Por outro lado, os EUA e a CEE terão agora todo o interesse em aumentar as facilidades económicas a Portugal, porque o contrário seria atirá-lo para a esfera da URSS. Os erros do boicote de Cuba devem servir de exemplo aos capitalistas americanos... Quanto às fontes de investimento, temos de considerar por um lado que a centralização brusca de capitais a que se procedeu aumenta a capacidade de investimento nacional; por outro lado, e pelas razões atrás indicadas, os EUA e a CEE não quererão deixar de investir em Portugal; o governo, por seu lado, tentará não depender tanto dos investimentos directos americanos e fará apelo aos investimentos dos sub-imperialismos do «terceiro mundo», especialmente da OPEP, que vê certas dificuldades em investir nos EUA. Mas a OPEP, em breve começará também a sentir a crise (por razões sobre que não nos alongaremos agora).

Basta esta tentativa, mais do que sucinta e muito incompleta, de definição de alguns aspectos da dinâmica económica do novo regime, para vermos que cada vez mais ele depende do jogo de forças económicas à escala mundial. Aqui, há ainda uma incógnita que poderá alterar — num sentido ou noutro — os acontecimentos: a Espanha.

Por último, vamos tentar definir o que nos parecem os principais traços políticos e sociais que assumirá, no seu desenvolvimento, o regime que agora se inaugura. A contenção dos salários e preços realiza-se socialmente pela militarização de toda a vida económica, e do trabalho em particular. Portugal saiu da época de Salazar e Marcelo com uma particularidade rara, senão única, no mundo contemporâneo, e que apavorava todos os capitalistas minimamente lúcidos que encaravam o problema: a classe operária estava inorganizada. Os partidos ditos operários eram organizações de quadros clandestinos, os sindicatos não existiam. A experiência posterior ao 25 de Abril mostrou que os operários não estavam muito dispostos a deixar-se arrebanhar pacificamente em sindicatos de massas e em partidos de massas. Os sindicatos continuam a ser estruturas de cúpula, os partidos continuam a ser grupos de pressão de corredores (mais perto dos «clubes» da burguesia francesa do que dos grandes partidos como o PCF ou o PCI.). Assim, a contenção da classe operária vai fazer-se essencialmente através da militarização do trabalho e da vida em geral, segundo o processo russo ou chinês: militarização da fábrica, a vida do operário cada vez mais dependente da fábrica, o tempo-livre pensado em função da fábrica e assim organizado superiormente pelos gestores. O governo será cada vez menos importante e as novas estruturas de cúpula militares serão decisivas. Isto significa um reforço das hierarquias militares — os militantes do PC no Exército têm ordem para reforçar as hierarquias e não as contestarem — e um reforço das hierarquias no interior das cúpulas. É, aliás, o que já se está a passar. Em tudo isto, não é um acaso a estreita ligação entre o PC e o Exército. É que o Exército constitui o paradigma ideal dos modelos sociais que o PC profetiza. Não é um acaso nem circunstâncias tácticas que fazem com que o PC e os militares se fundam politicamente. É a evolução do capitalismo de Estado no sentido da militarização.

Para já, podemos esboçar a divisão do trabalho seguinte: o exército detendo a gestão central da vida económica e político-social; o PC detendo a gestão do trabalho, ou seja, a Intersindical e os sindicatos; o MDP gerindo a execução da economia e a preparação dos planos económicos, bem como a administração local.

Um elemento da militarização da vida social será a proibição dos partidos e grupos de extrema-esquerda. Costa Gomes e Correia Jesuíno já prepararam o terreno neste sentido, com a velha demagogia da orquestração dos extremos, etc. Não é muito inovador, mas quem dispõe do poder não precisa de imaginação. Por um lado, estes grupos defendem, é certo, um modelo social e económico idêntico ao que se está agora a constituir em Portugal, e foram eles que defenderam publicamente esse modelo enquanto o PC o preparava nos corredores. Eles foram claramente os porta-vozes do PC. Mas, por outro lado, são agora inúteis (a sua função de ali-falantes já não é necessária) e não devemos esquecer que alguns dos seus militantes e muitos dos seus simpatizantes são pessoas que, embora com muitas confusões na cabeça e, portanto, com uma prática contraditória, têm sinceras aspirações à libertação e ao fim do salariato. Acabar com esses grupos e organizações é uma necessidade para o controle dos trabalhadores pelos capitalistas de Estado.

Esta militarização do trabalho desenvolve também inúmeras formas de trabalho gratuito. Veremos o serviço cívico estender-se dos jovens aprendizes de tecnocrata aos jovens operários — apelando para o idealismo juvenil, enquanto puder fazê-lo, e sem pretextos e à bordoada, quando esse idealismo for mais lúcido. Para não falar do trabalho gratuito dos soldados propriamente ditos.

SIGNIFICADO POLÍTICO E ECONÓMICO DAS NACIONALIZAÇÕES

A fase actual inaugura-se com as «grandes» nacionalizações: Bancos e Seguros.

Vimos já o contexto em que essas nacionalizações se inserem. Mas, a palavra «nacionalização» é hoje em Portugal um termo ambíguo. Significa coisas diferentes para diferentes estratos, constituindo assim uma plataforma de entendimento entre classes antagónicas.

Para os operários «nacionalização» significa, a curto prazo, garantia dos salários. Pode aparecer, portanto, como um dos objectivos práticos da luta, sem que, no entanto, se possa inferir sobre o objectivo último que visam conscientemente nas suas lutas.

Para certos trabalhadores pode significar ainda, que na sua estratégia consciente, não vão mais longe do que a luta contra a instabilidade do emprego, e que tudo o que pretendem conscientemente é continuarem assalariados, mas estavelmente.

Para outros operários «nacionalização» significa o desaparecimento do capitalismo em todo o País e a passagem da economia ao conjunto dos trabalhadores. Trata-se mais de uma aspiração, do que de uma estratégia definida. Sobretudo não colocam o problema da mediação ou não mediação, entre os trabalhadores e o controlo da economia, ou seja, o problema da gestão e dos gestores não é pensado.

Para os tecnocratas e os capitalistas de Estado já existentes, significa, conscientemente, a sua expansão como classe, a realização integral do Capitalismo de Estado.

Para muitos pequenos accionistas significa a garantia dos seus capitais nas empresas em via de falência. Inconscientes de que a longo prazo isso significa o fim do capitalismo privado satisfazem-se com a possibilidade de manterem, a curto prazo, o rendimento das suas acções. Vemos assim que o termo «nacionalização» alia ambiguamente operários, capitalistas de Estado, tecnocratas e pequenos accionistas.

Se a «nacionalização» é hoje terreno de conciliação entre classes antagónicas é porque uma dessas opções é formulada difusamente, permitindo assim que realidades antagónicas se cubram com o mesmo nome.

Cabe aos trabalhadores desfazer esta ambiguidade desenvolvendo lutas autónomas com a simultânea criação de formas organizativas que possibilitem o desenvolvimento da democracia operária em ruptura completa com o modo de produção capitalista e que sejam a base de novas relações de produção — as relações de produção comunistas, que levam ao desaparecimento do salariato e da sociedade de classes.

Em Portugal o proletariado não está enquadrado em partidos de massas ou sindicatos (como se constata pelo desenvolvimento da luta operária, que escapa ao enquadramento dos partidos e sindicatos), apenas vê com maior ou menor simpatia alguns desses partidos, sem demasiado seguidismo. No entanto, tem demonstrado uma extraordinária confiança no Estado, e nas instâncias mais hierarquizadas e repressivas desse Estado: as forças armadas. Este é um aspecto grave da ambiguidade que reina em torno do termo nacionalização.

«Nacionalização» por si só significa Capitalismo de Estado, significa controle do Estado de toda a vida económica e social.

Significa continuação do salariato.

Significa que uma camada social, destacada dos trabalhadores e não controlada por eles, a quem aqueles delegam o poder económico e social — os gestores — passam a ser os novos exploradores. São estes os interessados no Capitalismo de Estado.

O Comunismo, que os trabalhadores visam nos seus objectivos últimos, tem como base a democracia dos trabalhadores. No comunismo os trabalhadores não delegam o poder noutras camadas sociais, exercem-no directamente, através de instituições próprias, que criam na sua própria luta.

A Democracia Operária pratica-se e desde já nas lutas que hoje se travam. É na prática de luta, com formas de organização que hoje se criam, que se desenvolve a consciência dos trabalhadores pelo comunismo.

Para que o capitalismo de Estado não se confunda com o socialismo, para que estas duas realidades sejam vistas conscientemente como distintas, é necessário que o proletariado em Portugal desenvolva a sua prática de luta no sentido de experiências novas.

A alternativa para os trabalhadores não é entre capitalismo privado e capitalismo de Estado, mas entre capitalismo, de um lado, e democracia dos trabalhadores organizados autonomamente, por outro.

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

S. C. C.

SANEADA A ADMINISTRAÇÃO NOMEADA PELO GOVERNO UMA COMISSÃO ADMINISTRATIVA (26 MARÇO)

COMUNICADO 27

A LUTA CONTINUA

No dia 31 de Janeiro, os trabalhadores da S. C. C. iniciaram em Vialonga um movimento reivindicativo tendente a acabar com abusos dos detentores do capital e dos seus mais directos colaboradores.

O movimento alastrou rapidamente aos trabalhadores dos outros estabelecimentos da Empresa: Sede, Prior Velho, Trindade, Coimbra e Porto, que aprovaram maciçamente os principais pontos do Caderno Reivindicativo.

AS EXIGÊNCIAS DOS TRAALHADORES

Tendo consciência de que, na S. C. C., neste momento da evolução da luta de classes em Portugal, não seria correcto fazer reivindicações salariais, os trabalhadores concentraram as suas atenções em exigir:

— o congelamento das promoções que eram feitas com o sentido de aumentar a divisão entre os trabalhadores;

— a obrigatoriedade de os trabalhadores aprovarem previamente quaisquer aumentos de salários que não podem ser deixados ao livre arbítrio dos administradores;

— a redução do número de administradores de 13 para um máximo de 5;

— o fim das astronómicas remunerações dos administradores, verdadeira afronta aos baixos salários da maioria dos trabalhadorees portugueses;

— a proibição de distribuição de lucros aos accionistas em 1973, e de gratificações aos administradores, libertando fundos que deveriam ser aplicados na criação de novos postos de trabalho, em Portugal e não no estrangeiro;

— fim do trabalho extraordinário e do trabalho eventual, o que permite criar centenas de novos postos de trabalho, só na S. C. C., o que se insere na luta mais geral dos trabalhadores portugueses pelo direito ao trabalho.

A IMPORTÂNCIA DA VIGILÂNCIA DOS TRABALHADORES

As medidas de vigilância tomadas pelos trabalhadores reunidos em Plenário em 31 de Janeiro, levaram a que fossem descobertos importantes documentos, entregues imediatamente ao representante do M. F. A. A gravidade dos factos levou a que a Junta de Salvação Nacional, ao abrigo da Lei n.º 3/75, nomeasse uma Comissão de Inquérito Económico-Financeiro a todo o grupo S. C. C.

O PEDIDO DE NACIONALIZAÇÃO

Em 8 de Fevereiro, novo plenário de todos os trabalhadores da S. C. C. decide, democraticamente e por esmagadora maioria (5 votos contra e 21 abstenções) pedir ao Governo a imediata nacionalização da Empresa, ao abrigo do estipulado no Decreto-Lei n.º 660/74.

A decisão foi tomada depois de os trabalhadores terem considerado que a administração:

— demonstrava amplamente a sua incapacidade de gestão;

— se tinha recusado a assumir as responsabilidades de gestão, criando problemas a pequenas e médias empresas, e entrando num processo de sabotagem económica que punha em perigo os trabalhadores portugueses e que é punida à luz das próprias leis;

— se recusava a assumir responsabilidades de gestão, entrando num processo que a lei pune e considera de sabotagem económica (Decreto-Lei n.º 660/74) e que prejudica os 2500 trabalhadores da S. C. C. e os milhares de trabalhadores que compram e vendem à S. C. C.

RECUSA DA COMISSÃO DO PRIOR VELHO EM ACEITAR A DECISÃO DEMOCRATA DO PLENÁRIO

No dia 10 de Fevereiro, os trabalhadores do Prior Velho, que afirmavam desde a primeira hora apoiar o Caderno Reivindicativo na sua totalidade, resolveram contestar a resolução democrática do plenário de todos os trabalhadores da Empresa.

Assistimos a partir deste momento a contínuas tentativas de boicote com os argumentos usualmente empregues nestes casos por todos aqueles que pretendem sabotar as medidas democráticas tomadas pelos trabalhadores, argumentos que, sob a capa de «democratas», mais não fazem do que servir objectivamente os interesses do capital.

A estas acções responderam-se insistindo em cumprir as resoluções aprovadas em plenário, e recusando-se a responder a provocações e a manobras claramente divisionistas.

Desde o primeiro momento que esta luta foi dirigida por todos os trabalhadores, que tomaram sempre as decisões mais importantes

A DEMOCRATICIDADE DAS COMISSÕES

O respeito democrático desta norma levou as Comissões de Trabalhadores da Sede, Trindade e Vialonga a convocar novo plenário para 1 de Março.

Da agenda constavam dois pontos básicos:

1.º — Dar conta de todo o trabalho feito;

2.º — Tomada de decisões sobre a continuação da luta.

Visava-se assim reforçar a unidade, reagindo contra manobras divisionistas, e mostrar com clareza o que continuava a prender a imensa maioria dos trabalhadores. A pedido da Comissão do Prior Velho, acabou por se realizar o plenário em Sacavém, e não em Vialonga como inicialmente fora previsto.

AS PROVOCAÇÕES NO PLENÁRIO DE SACAVÉM

Desde o início do Plenário se notou a presença de elementos perturbadores da boa ordem democrática que, com provocações várias, tentavam boicotar o Plenário. Citamos os nomes dos Srs. Mancelos, Macedo Santos, José Manuel Vasconcelos, Rui Lopes e outros que comandavam o grupo dos agitadores.

E quem são estes senhores?!!...

Após uma longa discussão de duas propostas alternativas, foi apresentado um requerimento que pedia uma votação imediata e repudiava o voto secreto.

O requerimento foi aprovado pela imensa maioria dos trabalhadores, que entendiam que não tinham razões para esconder a sua posição.

Face a isto, bastantes trabalhadores do Prior Velho, não aceitando uma votação democrática, abandonaram ruidosamente a sala.

Ficou assim claro para todos os presentes quem é que aceitava as votações democráticas e quem as não aceitava.

O QUE O PLENÁRIO APROVOU

Em seguida, foi aprovada por esmagadora maioria (2 abstenções e 2 votos contra) a seguinte proposta:

1 — A administração deverá dar poderes a 2 administradores a quem é permitida a entrada na Empresa até uma decisão da Junta de Salvação Nacional sobre a necessidade de intervenção do Estado na gestão da Empresa;

2 — Os trabalhadores exigem da administração que apresente o seu relatório sobre a gestão de 1974;

3 — Exigem ainda que a administração proceda a todos os actos de gestão (e não apenas alguns), sendo da total responsabilidade da administração todas as consequências para a Empresa do adiamento de quaisquer actos indispensáveis de gestão;

4 — As respostas a estes pontos deverão ser dadas pela administração até à próxima 5.ª feira, dia 6 de Março, por escrito, e dirigidas às Comissões de Trabalhadores, sem estas respostas os administradores ficarão automaticamente saneados;

5 — Após as conclusões dos trabalhos da Comissão de Inquérito, os trabalhadores decidirão em plenário de toda a Empresa se existem razões para exigir o saneamento dos administradores.

O QUE QUER A COMISSÃO DO PRIOR VELHO?

Apesar disto, e como habitualmente, a Comissão de Trabalhadores do Prior Velho veio mais uma vez contestar a decisão do Plenário e chamar «fascistas» aos trabalhadores das Comissões da Sede e de Vialonga. Os próprios clientes não escapavam a estas manobras divisionistas, recebendo um comunicado alarmista que tais «fascistas» da Sede consentiram que fosse impresso nas instalações à sua guarda (talvez numa atitude de excessivo liberalismo).

Mas que queria a Comissão de Prior Velho?

Defender a administração da Empresa e atacar os trabalhadores que se opõem à continuação dos abusos desta.

Estranha posição esta, a de trabalhadores atacarem trabalhadores para defenderem capitalistas!...

Nada faltou. Nem uma manifestação, na manhã do dia 11 de Março, com dezenas de camionetas a boicotar o acesso ao Instituto da Defesa Nacional. Terá alguém conscientemente utilizado os trabalhadores da S. C. C. tentando boicotar a Comissão Coordenadora do M. F. A. e a Junta de Salvação Nacional? Existem relações de «amizade» entre certos quadros e os autores do golpe de 11 de Março?

A «ADMINISTRAÇÃO» QUE A COMISSÃO DO PRIOR VELHO DEFENDE

Como é que os trabalhadores podem aceitar administradores sobre os quais há fundadas suspeitas de exportação ilícita de capitais?

Como é que os trabalhadores podem admitir administradores que prestam falsas declarações ao Banco de Portugal?

Como é que os trabalhadores podem permitir que administradores solicitem empréstimos externos a taxas de juro próximas de 14%; que pedem autorizações às entidades oficiais declarando que o dinheiro se destina a financiamentos e, depois, se desviam verbas para pagamento de dividendos aos accionistas?

Como é que os trabalhadores podem ter confiança em administradores que acordam entre si contactarem empresas concorrentes no sentido de alterarem a apresentação de balanços, de forma a justificar pedidos de aumento de preços de cerveja?

Que confiança podem ter os trabalhadores em administradores que, em vez de investir em Portugal, desviam várias centenas de milhares de contos para o Brasil (e outros países?) com com lucros que jamais regressam ao nosso país?

Como é que os trabalhadores podem admitir que administradores levantem, só no ano de 1974, cerca de 2000 contos para... gasolina?

Isto sem falar ainda das ligações de administradores à PIDE/DGS, à Legião Portuguesa, e aos governos fascistas de Salazar, Tomás e Marcelo.

ADMINISTRADORES DO «GRUPO» NO ESTRANGEIRO EM FUGA?

Que se saiba, de momento:

Manuel José Carvalho Martins — há vários meses que não vem a Portugal;

Manuel Vinhas — idem;

Mário Vinhas — não está no País desde o princípio de Fevereiro;;

Caetano Beirão da Veiga — idem;

José Manuel Martins — idem.

Como é que estes Senhores podem continuar a ser administradores do Grupo S. C. C.?

Quem pode defender essa posição, além dos capitalistas?

Porque é que estes Senhores todos não vêm a Portugal? Adoeceram todos de repente e só podem ser tratados por médicos estrangeiros?

Ou a sua «doença» é outra? Terão medo de serem julgados por ilegalidades cometidas?

Ou por terem financiado iniciativas fascistas como o 28 de Setembro e o 11 de Março?

Tudo isto nos leva à conclusão de que neste momento não existe qualquer possibilidade de diálogo com esta Comissão de Trabalhadores que só defende objectivamente os interesses da administração e que difama constantemente representantes dos trabalhadores de outros estabelecimentos.

Que fique bem claro no espírito de todos os trabalhadores da S. C. C. que não estamos a fazer ataques pessoais, O que estamos é a denunciar posições que alguns trabalhadores têm vindo a tomar e que são contrárias aos interesses dos trabalhadores e favoráveis aos capitalistas.

Depois dos acontecimentos de 11 de Março, depois da tentativa de fascistas e capitalistas para voltarem a instaurar o regime fascista em Portugal, compreenderão a Comissão e os trabalhadores do Entreposto que o inimigo dos trabalhadores são os capitalistas, e não os trabalhadores que lutam contra o sistema capitalista?

Depois dos acontecimentos do RAL 1 compreenderão os trabalhadores que têm que se unir para defender os seus interesses e combater os reaccionários?

Sabemos contudo que nem todos os trabalhadores do Prior Velho defendem as posições da Administração e seus fiéis servidores.

É COM A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES QUE DEFENDEM OS INTERESSES DA CLASSE TRABALHADORA QUE OS OBJECTIVOS DA NOSSA LUTA PODEM SER ALCANÇADOS!

PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES QUE LUTAM CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

AS COMISSÕES DE TRABALHADORES DA SCC DE VIALONGA, SEDE, TRINDADE E COIMBRA.

COMUNICADO 28

PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES

No passado dia 14, realizou-se em Vialonga uma reunião entre as Comissões de Trabalhadores da S. C. C. e das Empresas Associadas e Distribuidoras.

Nessa reunião foi aprovada a seguinte proposta:

1 — Considerando que uma luta eficaz supõe uma UNIDADE de acção quanto a objectivos comuns;

2 — Considerando que essa eficácia passa pela organização dos trabalhadores, quer a nível de Comissões de Trabalhadores ou de Delegados Sindicais;

3 — Considerando que os interesses que combatemos são unos e poderosos — o sistema capitalista.

PROPOMOS

a) A criação de uma COMISSÃO COORDENADORA DE COMISSÕES DE TRABALHADORES DAS EMPRESAS DO GRUPO ECONÓMICO S. C. C.;

b) Esta comissão seria composta por 1 elemento de cada Comissão de Trabalhadores e a nomear por estes, cujas atribuições seriam:

b1) Desenvolver uma solidariedade e unidade de acção nas lutas dos trabalhadores;

b2) Intercâmbio de informações das lutas dos Trabalhadores.

c) Se esta proposta for aprovada ela deverá ser ratificada por todos os Trabalhadores que representamos, ficando a próxima reuniãomarcada para o próximo dia 27 de Março às 14 h em Coimbra, devendo coordenar a realização deste encontro a Comissão de Vialonga da S. C. C. à qual deve ser comunicada a posição das Comissões de Trabalhadores até ao dia 24.

Lisboa, 19 de Março de 1975.

AS COMISSÕES DE TRABALHADORES DA SEDE, VIALONGA, COIMBRA, PORTO E TRINDADE

"...enquanto as classes ricas estiverem no poder, nenhuma nacionalização representa a supressão da exploração mas unicamente uma modificação da sua forma..." K.Mark - F.Engels

Jornal da greve 49

(suspensa) dos trabalhadores da Efacec/Inel Lisboa

17-3-75

Participa activamente na discussão e na elaboração do jornal!!!

Enquanto as classes mais exploradas não conquistarem o poder nenhuma nacionalização representa o fim da exploração capitalista, mas única e exclusivamente uma modificação da sua forma.

(do jornal da greve 39 de 30-12-74 pág. 2a 4)

O Caderno reivindicativo é um meio de reforçar a luta da classe contra todas as formas de exploração.

Sábado 22-14horas - ALUNOS D'APOLO (Campo de Ourique)

Apresentação projecto Caderno Reivindicativo

11 DE MARÇO

Um dos aspectos que importa não deixar passar em claro face ao 11 de Março, é a consciência crítica (logo anti-hieráquica) demonstrada pelos «praças» (soldados) em quase todas as unidades, com relevo para o RAL-1 e até no que se refere aos soldados paraquedistas que o cercaram. Esta consciência ainda difusa retira ao exército, lentamente, a sua operacionalidade guerreira, pois cada vez mais será difícil à hierarquia instrumentalizar os seus subordinados para acções que não sejam perfeitamente claras e neste caso de defesa da «democracia». Outro ponto importante são as Assembleias Gerais nas Unidades que a expandirem-se e institucionalizarem-se poderão contribuir rápidamente para o avanço da consciência progressista dos soldados. Veja-se a moção abaixo transcrita aprovada no Regimento de Engenharia n.º 1, na Pontinha:

Moção dos militares do R. E. 1

(Praças, Sargentos e Oficiais)

«Militares do RE 1, da Pontinha, reunidos em Assembleia Geral de Emergência perante o abominável ataque criminoso perpetrado sobre o RAL 1 decidiram:

1 — Louvar a resistência heróica e revolucionária dos camaradas do RAL 1 frente às forças reaccionárias ao serviço do capitalismo.

2 — Louvar a firme posição dos camaradas de outras unidades, bem como das massas populares, de entrave à manobra assassina.

3 — Apoiar os camaradas do RAL 1 exigindo para aqueles que vieram semear o sangue entre nós o fuzilamento imediato.

4 — Exigir um efectivo saneamento nas unidades, através da participação activa de todos os militares, de forma a permitir uma democratização de facto das estruturas militares.

— VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA NAS UNIDADES!

— ACABEMOS COM OS «PANOS QUENTES»!

— A LEGALIDADE PARA NÓS É REVOLUCIONÁRIA!

— FUZILAMENTO JÁ!

— MORTE AO FASCISMO!

— MORTE AO CAPITALISMO!

— AO SERVIÇO DAS CLASSES EXPLORADAS VENCEREMOS!

(Aprovado por aclamação)»

Nós não nos alimentamos de máquinas

LUTA NA ARTEDU-BRAGA

1. A fábrica tem cerca de 30 operárias, era pertença do capitalista António Caetano Freitas e fica junto à estação de caminho de ferro.

2. A nossa luta começou logo depois de 25 de Abril quando o patrão nos disse que não tinha dinheiro para nos pagar, que a fábrica estava em dificuldades, enfim, o palerio habitual dos capitalistas. Assim nunca nos pagou o salário mínimo nacional e reduziu ilegalmente a semana de laboração para 4 dias.

3. Em devido tempo e porque a continuação desta situação era insustentável, tentamos entrar em acordo com o patrão. Este não aceitou e como resposta encerrou a fábrica tendo acabado um documento em que dizia que as máquinas, mercadorias e matérias-primas eram nossas. Isto foi no dia 5/2. Passámos a ocupar a fábrica dia e noite dando um prazo até 12/2 ao patrão para nos pagar os nossos direitos, senão começávamos a vender os «stocks»: camisas, camisetes, batas, etc.

4. Logo no dia seguinte o patrão forçou as instalações e quis-nos pôr fora, não conseguindo. Entretanto, por intermédio do Tribunal tentou por duas vezes fechar a fábrica mas os delegados levaram o mesmo caminho do patrão: RUA!

5. No dia 12/2, não tendo recebido resposta do patrão, começámos a vender os «stock» com o apoio de vários partidos e sindicatos que formavam também piquetes de ocupação e defesa do exterior. No dia 17/2, e como a situação estava mais calma, mais ou menos, fomos surpreendidas pela polícia (cerca de 30) que arrombou a porta e nos ameaçou de porrada e de prisão. Nós pedimos ajuda e em menos de 10 minutos estava a rua cheia de povo e estivemos das 10 h da manhã até às 3 da noite a discutir até que a polícia se foi embora sem ter conseguido fechar a fábrica.

6. Após tudo isto decidimos começar a produzir por nossa conta, portanto em AUTOGESTÃO, embora parte das nossas colegas abandonasse a luta e agora só estamos 9.

7. Não temos matéria-prima e sobretudo não temos dinheiro para comprar porque o dinheiro da venda dos «stocks» foi dividido em partes iguais entre todas. E aqui que nós lançamos um apelo à solidariedade de toda a classe operária e trabalhadores: precisamos de dinheiro para comprar matéria-prima porque se não o arranjamos vamos para o desemprego, e já bastagados. Já chega termos de menhaver mais de 250 000 desempregar o direito ao trabalho — a sermos explorados! A luta contra os despedimentos só é vitoriosa se tiver o apoio de todos os operários. Só à unidade e à solidariedade da classe operária podemos ir buscar a força que precisamos para produzir e dar mais uma machadada no sistema capitalista.

8. Queremos também salientar o apoio total e incondicional que o Sindicato de Alfaiataria e Costura de Braga nos tem dado, mostrando como é que um sindicato trabalha verdadeiramente na defesa dos interesses dos trabalhadores.

9. Todo o apoio ou informações devem ser dirigidos ao Sindicato de Alfaiataria e Costura de Braga, R. dos Chãos, 90-3.º, BRAGA.

Só com a unidade e solidariedade da classe operária venceremos a nossa luta,

Não queremos esmolas mas sim solidariedade operária.

Criemos postos de venda das nossas camisas e fatos-macaco.

Contra os despedimentos!

Abaixo a exploração capitalista!

A classe operária vencerá!

As operárias da ARTEDU

REVOGAÇÃO DE TODAS AS LEIS ANTIOPERÁRIAS

SINDICATO DO STRABALHADORES TÊXTEIS DE LISBOA, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

CIRC. N.º 48

Considerando que o sector têxteis e vestuário, é um sector fundamental da economia nacional, ocupando mais de 280 000 trabalhadores em todo o País;

Considerando que o sector têxtil lanifícios e vestuário é um dos sectores onde mais se tem feito sentir os despedimentos que têm lançado milhares de trabalhadores na miséria;

Considerando que o sector têxtil lanifícios e vestuário é um dos sectores onde mais se faz sentir a exploração capitalista, submetendo os trabalhadores a duras condições de trabalho, a baixíssimos salários e a ritmos e cargas de trabalho intensíssimos;

Considerando que o projecto de lei do horário nacional de trabalho não corresponde aos interesses dos trabalhadores, na medida que em sociedade capitalista só o patronato explorador aproveita o maior número de horas de trabalho;

Considerando que a crise capitalista em curso é da exclusiva responsabilidade do patronato e que ela tem que ser resolvida à custa do capital e não dos trabalhadores.

Os trabalhadores dos lanifícios, têxteis e vestuário entendem que a resolução dos seus problemas mais imediatos e a necessidade de lutarem por uma sociedade sem classes

2) As cooperativas de trabalhadores nmeadamente a agrícola;

3) Aos sectores da economia voltados para a satisfação das necessidades fundamentais dos trabalhadores: alimentação, vestuário e calçado, habitações em condições para o povo trabalhador, hospitais populares, obras públicas como esgotos, electrificação e arruamentos.

— A revogação de todas as leis antioperárias, como a lei da greve e a proição dos despedimentos sem justa causa.

— Um horário máximo de 40 horas semanais.

E afirmam que as medidas que o Conselho de Revolução tomou e parece vir a tomar só servirão para resolver os nossos problemas de trabalhadores e contribuir para a caminhada para o socialismo se forem levadas à prática sob o controlo dos trabalhadores e suas organizações e numa perspectiva de construção da sociedade sem explorados nem exploradores.

Pel'A DIRECÇÃO

O que se passou na minha escola por causa de um passeio

A professora Isabel tinha prometido um passeio escolar mas um dia a professora disse que já não íamos por causa duma menina porque tinha musica e o pai da Cristina Cristina disse à dona Maria Adelaide para mudar de dia e nós não queríamos e assim começou os cartazes o Maldonado teve a ideia de fazer um a dizer os que não queriam ir ao passeio eram fascistas de manhã não fizemos quase nada só fizemos contas e se não houvesse o passeio também fazíamos greve de tarde e então a dona Isabel disse para irmos no dia a seguir e então fomos ao passeio.

Ana Cândido - 8 anos

Ana Carvalho - 9 anos

(ESCOLA LUISA TODI — SETÚBAL)

COMUNICADO DA E. P. ÁGUAS DE LISBOA À POPULAÇÃO

18 Março

A Companhia das Águas de Lisboa, administrada pela família Queiroz Pereira, do Grupo Espírito Santo (cujo chefe de fila anda a monte) negociou um contrato com a cumplicidade do governo fascista que lhe permitiu obter dividendos de mais de 325 mil contos com um capital de 50 mil contos durante os últimos 40 anos (6,5 vezes o capital investido).

As condições escravagistas de trabalho, o desprezo absoluto para com a maioria dos trabalhadores, o total desprezo pelo Povo foram as causas destes lucros imorais.

O capital investido tinha garantido o seu rendimento, porquanto o dividendo era pago em face da quantidade de água facturada e não pela diferença entre a despesa e a receita como é, até, usual no sistema capitalista, por consequência sem qualquer espécie de risco.

De acordo com o contrato da concessão, os accionistas tinham duas fontes de rendimento, uma imediata, outra mediata.

1 — Os dividendos pagos anualmente aos accionistas resultantes da quantidade de água facturada, independentemente dos resultados da exploração;

2 — Os montantes para um Fundo de Reconstituição do Capital Accionista, a restituir aos capitalistas no fim da concessão.

É sintomático o resultado do exercício de 1970 cujas contas se saldaram com um déficit de 17 457 278$90 e aos accionistas foi pago um dividendo de 8 989 728$00 e desviado para o referindo Fundo a quantia de 15 282 052$25.

O Povo de Lisboa, da Amadora, de Sintra (e não só), bem conhece as faltas de água, principalmente na época estival.

Estas deficiências já foram minoradas em 1974 devido à intervenção dos trabalhadores. Mas a completa regularidade do abastecimento só será efectuada a partir de 1977. Para tal, o Erário Público (o dinheiro do Povo) terá de despender nos próximos anos 3 milhões de contos para a execução do plano de emergência já aprovado.

O Governo Privisório ordenou o congelamento dos dividendos de 1974 e do Fundo de Reconstituição do Capital.

No entanto, os capitalistas continuam a locupletar-se com os rendimentos desse Fundo, que neste momento atingem 275 mil contos.

Os trabalhadores das Águas de Lisboa julgam pertinente e de justiça requerer que os valores deste Fundo passem, TOTALMENTE, para a posse do Governo e afectos à Empresa Pública das Águas de Lisboa com o objectivo de melhor, e mais rapidamente, satisfazer as justas aspirações do Povo, no sentido de lhe mitigar a sede. Ao fim e ao cabo é requerer que esses valores regressem para donde nunca deveriam ter saído.

Os capitalistas maioritários da Companhia das Águas de Lisboa continuam a efectuar provocações.

Anunciaram uma assembleia de accionistas para hoje, dia 19, no edifício de «A Capital», prédio comprado com dinheiro subtraído à Empresa.

Os trabalhadores das Águas estão determinados a oporem-se a manobras capciosas e provocatórias.

Os trabalhadores das Águas pedem a solidariedade da população na luta correcta e justa para um melhor abastecimento de água à cidade.

CONTRA OS MONOPÓLIOS!
CONTRA OS REACCIONÁRIOS!
UNIDOS, SEREMOS VITORIOSOS!

A COMISSÃO COORDENADORA DOS TRABALHADORES

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

F.F.H. OS TRABALHADORES DENUNCIAM A POLÍTICA HABITACIONAL

O problema da habitação, como muitos outros que interessam aos trabalhadores, só pode ser resolvido numa sociedade socialista, pois só nesta sociedade os trabalhadores terão nas suas mãos o poder político e económico. Só nessa altura poderão decidir o que fazer para acabar com a exploração e opressão sobre o povo. Este problema não pode ser resolvido na sociedade capitalista, porque o único objectivo dos capitalistas é obter lucros. O custo da habitação é o resultado do custo dos terrenos que são propriedade privada de alguns (o solo é o monopólio da burguesia) e do custo dos materiais produzidos pelos grandes monopólios que fixam o preço como muito bem entendem (cimento e ferro). Só quando os terrenos e os materiais de construção puderem ser usados pelas classes trabalhadoras, estas poderão ter habitação.

AUTO-CONSTRUÇÃO — destina-se à população que nunca poderá pagar uma renda que dê lucro e consiste num pequeno subsídio. Resultado: uma barraca melhorada! Ainda por cima são os futuros moradores que tem de construir as casas, depois de 8, 9 e mais horas de duro trabalho diário ou ocupando o pouco tempo de descanso do fim de semana. Assim os trabalhadores são explorados no seu local de trabalho e na construção da sua casa.

RENDA MÍNIMA — destina-se a uma população com poucas posses e para quem esta renda é ainda uma parte importante do seu salário.

RENDA LIMITADA — destina-se a uma pequena parte da população que se localiza na pequena e média burguesia.

Para executar estas medidas, o Governo criou:

O S.A.A.L. — um serviço para apoiar tecnicamente os processos de auto-construção. A vantagem que este serviço trouxe foi permitir que as classes trabalhadoras se apercebessem de como a burguesia pensa tratar o problema da habitação. Isto levou as populações a organizarem-se para a conquista do direito à habitação.

PLANOS INTEGRADOS — (com casas de renda mínima e limitada e poucas em auto-construção) em que o Governo não tem uma política de atribuição de rendas uma vez que estas continuam a depender dos lucros que a burguesia impõe.

CONTRATOS DE DESENVOLVIMENTO — através dos quais financia os empresários e lhes garante a aquisição das casas de renda limitada que eles construirem, ajudando-os assim a resolver as crises de administração das empresas e do mercado da habitação, com a manutenção do lucro. Estas empresas utilizam os seus próprios trabalhadores ameaçando-os de crise de emprego e mesmo de despedimento, manobrando-os para conseguirem aqueles contratos. Este é um dos casos em que a burguesia se serve dos trabalhadores dividindo-os e colocando-os uns contra os outros, ao deturpar o sentido das lutas daqueles que pretendem desmascarar os interesses capitalistas que o Governo defende. Os contratos de desenvolvimento institucionalizam «lucros justos e controlados», ou seja, para o Governo é justo que os capitalistas explorem!

LEI DAS EXPROPRIAÇÕES — pretende atenuar os custos dos terrenos para a execução de planos habitacionais, mas continua a não servir as classes mais carecidas.

Assim esta orientação promove a construção de casas, não para as classes exploradas, mas sim para certas camadas da burguesia, tentando desta forma resolver o problema do desemprego à custa do suporte às empresas capitalistas de construção.

Esta situação provocou por parte das populações exploradas e sem casa, a ocupação de prédios vazios cujos proprietários continuam à espera de poder utilizá-los como fonte de rendimento, apesar das dramáticas carências habitacionais do País. Algumas daquelas populações foram, inclusivamente, desalojadas violentamente porque ao ocuparem casas estavam a atacar a propriedade privada da burguesia.

Logo após o 25 de Abril, os trabalhadores do F. F. H. deram início a um processo de saneamento com o fim de acabarem com as situações de privilégio e injustiça dentro do organismo e de o pôr ao serviço das classes trabalhadoras, embora, conscientes de que não é o Fundo que pode resolver o grave problema da habitação. As primeiras pessoas visadas foram:

O PRESIDENTE MESQUITA que aceitou a responsabilidade de estar à frente do organismo que durante cinco anos produziu apenas 268 casas e dissipou milhares de contos do povo. Isto para responder a dois milhões de pessoas mal alojadas.

O ENG.º CATALÃO membro activo de uma organização fascista, a ex-ANP.

A resposta do Governo foi promover o Eng.º Catalão para um conselho superior de Obras Públicas e colocar o ex-presidente, com um louvor junto do Ministro e ainda mais, nomeá-lo para presidir a uma sindicância à firma Xavier de Lima!

Perante este tipo de «saneamento» que se resume a transferência e promoções e que é regra geral do Governo, os trabalhadores decidiram eleger uma comissão de saneamento e estabelecer os princípios democráticos para o seu funcionamento.

O trabalho desta comissão teve uma total ausência de resposta por parte das autoridades: comissão «extinção» da pide e Legião e Comissão de Saneamento do MESA (neste caso a resposta foi um insulto).

É de notar que a comissão de saneamento, com base no inquérito relâmpago realizado em 6 de Outubro às actividades do F. F. H. por algumas dezenas de trabalhadores, insistiu na urgencia duma sindicância, que só passados cerca de dois meses teve resposta na nomeação duma simples comissão de inquérito.

Nesta mesma altura os trabalhadores do Fundo lançaram um pedido de apoio activo e vigilante à população com o objectivo de colocar o F. F. H. mais ao seu serviço.

No mês de Dezembro o Governo nomeia uma nova direcção, mas a situação, em vez de melhorar, agudiza-se. O presidente tenente-coronel Barroco permite e colabora no aparecimento de situações de privilégio (Exemplo: pagamento de horas extraordinárias a 200 % a certos funcionários, tenta calar os trabalhadores com manobras de intimidação e manifesta atitudes anti-democráticas e a sua incompetência mantém o emperrador e ineficácia dos serviços.

Os trabalhadores decidem convocar uma assembleia onde exigem o saneamento do presidente e a suspensão dum arquitecto. Para garantir esta decisão formaram-se piquetes para os impedir de entrar no Fundo e garantir a protecção do edifício.

Os trabalhadores asseguraram, durante todo este processo o normal funcionamento dos serviços, e pretendem definir uma reestruturação do organismo que o torne mais aberto às necessidades da população e uma política de pessoal que acabe de vez com as situações de injustiça.

Desde o princípio que o Governo, perante a unidade e determinação dos trabalhadores, tentou intimidá-los e pressioná-los no sentido de porem termo à sua luta, fazendo constantemente telefonemas e ameaçando-os com uma intervenção policial. Seguidamente exige a retirada dos piquetes e negociações com o presidente. Depois não reconhece o saneamento, instaura uma sindicância ao F. F. H. e promete que o saneado e o suspenso não entrarão no local de trabalho até ao fim da sindicância. Por último impõe o regresso de ambos, que reentraram ao serviço no dia 8 sob protecção das forças policiais, instaura uma sindicância não só ao organismo mas aos últimos acontecimentos com o fim de visar os trabalhadores mais combativos e envia, de noite, uma força policial que expulsa violentamente os piquetes.

Neste momento, os trabalhadores do F. F. H. preparam-se para a organização e continuação da luta sob o regime repressivo, mantendo os objectivos definidos na moção aprovada inicialmente, não podendo a partir de agora, devido às condições que o Governo criou, garantir o normal funcionamento dos serviços.

Com a solidariedade já manifestada por alguns bairros populares e organismos públicos reforçaremos a nossa luta, pelo direito à habitação e por um efectivo saneamento.

Correspondendo às justas reivindicações das classes trabalhadoras, apoiamos as suas palavras de ordem:

Expropriação de terrenos para bairros populares, sem indemnização!
Não à exploração capitalista dos materiais de construção!
Não à especulação com a habitação!
Abaixo a lei das rendas! Não à lei burguesa das cooperativas!
Casas sim, barracas não!
Novos empregos na construção de bairros para as classes trabalhadoras!
Não à auto-construção!
Não ao desemprego!
Em frente pela luta dos trabalhadores!
Em frente pelo saneamento feito pelos trabalhadores!
Abaixo a repressão!

8 de Março de 1975.

Os trabalhadores do F. F. H.

A LUTA É DE TODOS

Na saída deste segundo boletim, queremos lembrar a importância da utilização dos boletins, como meio de discussão e crítica ao trabalho efectuado pela Comissão de Moradores.

Para isso torna-se necessário que todos colaborem, quer dando sugestões, quer fazendo críticas ao trabalho que se está a fazer.

É preciso estar vigilante, a todos os processos que tentem dividir-nos, para assim tornar mais fraca a nossa luta. A tentativa de divisão da população já começou a ser feita pela Junta de Freguesia, que acenando com uma dúzia de casas em bairros camarários, pretendia formar uma nova Comissão de Moradores, que se substituiria às 3 Comissões existentes na freguesia (Massarelos, Vilar, Parceria).

É evidente que:

— Não é com 12, 20 ou 30 casas que se resolve o problema da habitação em Massarelos.

— Tentar acabar com as Comissões de Moradores eleitas pela população é uma manobra anti-democrática.

Querendo instituir-se em Comissão de Moradores a Junta de Freguesia pretende:

— Distribuir as casas da Câmara a quem muito bem entender, sem consultar a população.

— Tentar dificultar o processo SAAL, nas zonas de Massarelos, Vilar e Parceria.

— Dividir a população para assim, impedir todo o processo de luta pelo direito à habitação.

— Controlar a população e decidir por ela.

A JUNTA DE FREGUESIA NÃO FOI ELEITA POR NÓS!

A JUNTA DE FREGUESIA NÃO PODE DECIDIR POR NÓS!

UNIDOS VENCEREMOS!

CARRIS: SANEAMENTO

Lisboa, 24-3-75.

Contrariamente às decisões tomadas em plenários, realizados nos dias 2 e 9 de Novembro de 1974, na estação das Amoreiras, nos quais mais uma vez ficou claramente expresso a tomada de posição dos trabalhadores em relação aos saneados, Eng.º Françoi Vian, Matos Ferreira, Dr. Pacheco Nobre e agente-técnico Mário Correia, a administração da Carris, de acordo com a C.M.L., fez entrar ao serviço, hoje, dia 24, o Eng.º Matos Ferreira e o agente-técnico Mário Correia.

Os trabalhadores de Santo Amaro, ao tomarem conhecimento desta decisão da entidade patronal, considerando-a altamente provocatória e atentória à sua dignidade, reagiram prontamente, exigindo à administração a saída imediata do Eng.º Matos Ferreira e o agente-técnico Mário Correia. Ao mesmo tempo exigiram que os indivíduos saneados não tornassem a pôr o pé nas instalações da empresa, mas que esta atitude não obrigasse a companhia ao pagamento de qualquer indemnização.

Na sequência destes factos gerou-se um clima de efervescência e os trabalhadores chegaram mesmo a expulsar das instalações da Carris o agente-técnico Mário Correia.

De emergência foi convocada uma assembleia de trabalhadores, para as 17.15, no refeitório de Santo Amaro. Apesar da pressa com que esta convocação foi feita, os trabalhadores compareceram em massa, encontrando-se o refeitório literalmente cheio, tendo sido aprovada a seguinte moção, por aclamação:

MOÇÃO

1. Que os indivíduos saneados não ponham os pés dentro das instalações da empresa e que não lhes seja paga qualquer indemnização ou salário.
2. Que os factos ocorridos sejam amplamente divulgados ao País, através dos órgãos de Informação.

Pela Mesa da
Assembleia dos Trabalhadores

Contra a suspensão do M.R.P.P. e A.O.C.

POR DECRETO, O CONSELHO DA REVOLUÇÃO SUSPENDEU, ATÉ AO FIM DAS ELEIÇÕES, DUAS ORGANIZAÇÕES DE EXTREMA-ESQUERDA — M. R. P. P. E ALIANÇA OPERÁRIO-CAMPONESA, ATRAVÉS DO PROCESSO CLÁSSICO QUE OUTROS GOVERNOS TÊM ADOPTADO (EM FRANÇA, POR EXEMPLO): O DE MISTURAR A EXTREMA-ESQUERDA COM A EXTREMA-DIREITA.

EMBORA DIVERGINDO DAS ORGANIZAÇÕES SUSPENSAS, O COLECTIVO DE «COMBATE» (LISBOA) DECLARA ENCONTRAR-SE SOLIDÁRIO COM O PROTESTO QUE AQUELAS EXPRIMIRAM PUBLICAMENTE CONTRA A MEDIDA TOMADA QUE AS ATINGIU, REPRIMINDO ASSIM A SUA LIBERDADE DE ACÇÃO.

LISBOA, 26-3-75

«COMBATE»

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

MESA-REDONDA

CONTRA O SINDICALISMO DE CÚPULA

(Continua na pág. 2)

ta a alcançar por essa comissão «ad-hoc» e o Secretariado que se lhe seguiu. Era ao menos implantar minimamente a organização a partir dos locais de trabalho e depois de a organização estar implantada continuar esse processo mas a partir de certa altura entraram em choque duas tendências sindicais: a tendência reformista e uma tendência anti-reformista.

A tendência reformista largamente apoiada pela Intersindical e pelo dito Partido Comunista Português e pela hierarquia; a tendência anti-reformista é neste momento defendida por meia-dúzia de indivíduos cujo leque de opções partidárias é bastante largo. Os indivíduos que defendem a linha reformista não estão interessados na discussão generalizada dos problemas. A última saída que tiveram, tentando fugir de facto a uma derrota esmagadora, foi o terem que aceitar o processo como forma de pôr em causa o organismo existente — o Secretariado. Podemos citar exemplos: esses indivíduos sem o menor aval dos trabalhadores formaram-se em comissões pró-unidade, funcionando com uma salinha junto da Intersindical.

TRAB. D — Não é propriamente uma intervenção, é talvez levantar um problema que possa servir de base à discussão. Eu tenho a impressão que a movimentação sindical da Função Pública põe-se de maneiras diferentes, consoante se fala em Estado, em departamentos ou Câmaras Municipais. E

OS TRABALHADORES ADQUIREM CONSCIÊNCIA POLITICA ATRAVÉS DA LUTA.

isso segundo me parece porque a composição social é muito diferenciada. No caso das Câmaras Municipais e, concretamente na CML, segundo me parece, há uma nítida predominância de pessoal operário. Ora, isso tem muita importância e tem muitas consequências no campo da luta que estamos a travar. Era o que queria pôr à discussão: em que medida é que isso se pode reflectir diferenciadamente no terreno do Estado ou das Câmaras Municipais?

TRAB. A — Parece-me que no desenvolvimento da nossa troca de impressões convém talvez fixar três pontos fundamentais:

1.º — A convergência da minha opinião e da do camarada C sobre a necessidade de não abandonar os sindicatos numa perspectiva de luta revolucionária;

2.º — E o aspecto do reaccionarismo do funcionalismo público e que foi mais concretamente apontado no contexto das tendências reformistas que podem mais fácilmente implantar-se a partir dessa situação, ou da posição reaccionária do funcionalismo.

Portanto irei abordar estes três pontos. Estou absolutamente de acordo que não se deve abandonar a luta no sindicato apesar de não considerarmos o sindicato como a organização revolucionária pela qual os trabalhadores possam lutar ou conquistar o poder político ao capitalismo. Todavia os trabalhadores não devem abandonar a luta sindical. E não devem abandoná-la porquê? Hoje é já quase um lugar comum dizer-se que a consciência política ou revolucionária se adquire na prática da luta revolucionária, mas adquire-se na prática da luta revolucionária à volta de objectivos concretos de luta. O operariado, os trabalhadores, só adquirem consciência político quando através de uma luta reivindicativa, inclusivamente, de uma luta pela conquista de direitos dos trabalhadores enfrentarem o poder político do capitalismo. Assim, a luta sindical será a forma de luta dos trabalhadores à volta das suas necessidades concretas, à volta dos seus direitos concretos de trabalhadores no interior da sociedade capitalista e que pode permitir o desenvolvimento da sua consciência política, para além de que o ataque dos sindicatos à estrutura capitalista, em termos de ataque e, eu costumo dizer que os sindicatos não são instrumentos de defesa dos direitos dos trabalhadores, mas são instrumentos de conquista desses direitos. Esta posição parece-me a mais correcta para definir o sindicato. Se pusermos o sindicato só como instrumento de defesa dos trabalhadors, temos um sindicato na defensiva, um sindicato que cai logo na tendência contentora e quase desmobilizadora. Logo, deve ter uma posição de luta pela conquista de direitos. E sendo assim, a perspectiva revolucionária pode permanecer na luta e na actividade sindical.

Outro aspecto, é o reaccionarismo público. Esse reaccionarismo parece-me que terá que ser talvez compreendido pela posição que o funcionário tem como trabalhador. Não devemos esquecer é que o funcionário é um trabalhador muito especial, é um administrativo e não será só no funcionalismo que os administrativos têm tendências reaccionárias, ou tendências não-revolucionárias, ou tendências de contenção do processo revolucionário, ou tendências que não se identificam com o processo revolucionário do operariado. Não nos esqueçamos que nos países industrializados onde o extracto dos técnicos e dos adminitsrativos aumenta, e há casos em que numa empresa industrial, até pela racionalização do trabalho e pelo avanço da tecnologia, a zona administrativa é muito maior que a zona produtiva. Não podemos esquecer que nesses países o movimento sindical encontra sempre muitas dificuldades em obter a participação activa sindical desses quadros administrativos, porque os quadros administrativos são elementos que vivem da distribuição da mais-valia. Sendo assim, eles não são operários trabalhadores no sentido de classe social-económica, no sentido económico do termo. Eles são pessoas que estão muito próximas do comando da empresa. Portanto, às vezes, identificando-se com os interesses da empresa; muitas vezes colaboram nas decisões da direcção da empresa. E no caso concreto do Estado, pois se o Estado é um Estado capitalista a administração pública desse Estado capitalista é um instrumento de domínio da classe burguesa sobre a classe operária. Sendo assim há uma identificação do funcionalismo com esta razão de ser da administração pública e do Estado. Daí, pois, que haja uma tendência reaccionária, uma tendência que não é revolucionária por parte do funcionalismo. E se vivemos ainda por cima 50 anos de regime fascista esta posição do funcionário público é muito mais próxima do aparelho repressivo do Estado fascista, do que da consciência de classe revolucionária do proletariado. Isto sem querer dizer que muitos funcionários, ou grandes camadas do funcionalismo, pelas suas dificuldades, pela sua pouca remuneração e até por condições de trabalho e até por falta de satisfação de condições sociais (casos concretos: só há muito pouco tempo é que a assistência médica e medicamentosa foi possibilitada ao funcionalismo) portanto, todas essas necessidades fazem com que hoje uma grande camada de funcionários que se identificam com os interesses da classe operária, que se aproximam em certos momentos históricos da posição da classe operária. Ora bem, isto tem a ver com um aspecto que foi aqui concretizado — o facto de na CML onde uma grande percentagem dos trabalhadores são trabalhadores manuais. Daí as tendências reformistas não terem tomado posição, nem predominarem ao contrário, do que pode acontecer em outros departamentos da função pública onde há uma grande margem de técnicos, de administrativos, de classes intermédias, mais identificados com os interesses da burguesia do que identificados com os interesses da classe operária. Ora, isto tem muita importância no caminho a seguir para a própria luta, para contrariar as tendências cupulistas ou de mistificação do movimento sindical.

Na criação de tal sindicato mito, que é uma organização quase que não tem dinâmica em si, que não funciona em si, é manejada pela própria direcção de cúpula, ou até pelos partidos políticos como já referiu o camarada C. Portanto, esta luta a travar contra todas estas tendências cupulistas terá essencialmente de apoiar-se naqueles sectores da administração pública onde houver uma predominância de extractos profissionais menos favorecidos. E será através destes extractos que esperamos encontrar o sector mais activista contra as tendências cupulistas.

(conclui no próximo número)

A COMUNA

(Continuação da página 8)

constata-se que os elementos mais radicais do proletariado se encontram já em «pé de guerra». Ao mesmo tempo, os voluntários afluem à Guarda Nacional e rapidamente há 200 batalhões constituídos, quer dizer, quase todo o Paris operário armado. Perante a ausência de organização real de defesa de Paris por parte do governo, constitui-se, no próprio seio da guarda nacional, uma Federação da G. N., na qual se encontram membros da Internacional, blanquistas, membros das associações operárias. A 24 de Fevereiro, esta Federação dá-se um órgão executivo: o Comité Central da G. N. Destas reuniões de companhias, de batalhões, de legiões, são eleitos 60 delegados, que não são oradores nem politiqueiros. Operários na sua maioria, eles são o produto da necessidade: dirigentes de barricadas. O único verdadeiramente conhecido entre eles é Varlin, ele próprio operário encadernador, membro da Internacional e do Comité Central dos 20 bairros. A partir desse momento, como não têm interesses separados a defender, os membros da Internacional, das associações operárias, dos comités dos 20 bairros, os blanquistas, encontram-se estreitamente empenhados na actividade do Comité Central da Guarda Nacional. O Comité Central é verdadeiramente a expressão do partido proletário. E este partido é já, antes de que se manifeste praticamente, o poder real da sociedade. É isso que o poder reaccionário quer destruir, procurando conquistar os canhões de Montmartre. E é no decurso desta jornada, a 18 de Março, que o partido proletário se manifesta e que, conformemente ao seu ser, desconjuntura e desmembra, através da sua actividade própria, todo o Estado burguês. Aí o proletariado já não tem chefes distintos, reivindicações particulares, organizações separadas do movimento prático, e nisso realiza a verdadeira comunidade humana.

DATAS DA COMUNA

1870

14 de Agosto: Insurreição blanquista em La Villette, Paris.

28 de Setembro: Insurreição em Lyon, com Bakunine.

5 de Outubro: Os batalhões populares de Belleville manifestam-se pedindo armas, com Flourens.

8 de Outubro: Novas manifestações.

31 de Outubro: Jornada revolucionária em Paris. O «Hôtel de Ville» é ocupado pelos guardas nacionais, são presos vários membros do governo de Defesa Nacional.

1 de Novembro: Proclamação da Comuna revolucionária de Marselha.

5 de Novembro: Eleições municipais em Paris, 12 candidatos a favor do governo de Defesa Nacional, 8 partidários da Comuna. Princípio da repressão em Paris contra os «chefes» populares.

1871

5 de Janeiro: Início dos bombardeamentos alemães em Paris.

18 de Janeiro: Proclamação do Império Alemão em Versalhes.

22 de Janeiro: Jornada revolucionária em Paris.

24 de Fevereiro: Manifestação na Praça da Bastilha. Assembleia geral em Paris de 2000 delegados dos guardas nacionais (federados).

1 de Março: Entrada dos alemães em Paris, nos Campos Elísios.

18 de Março: Insurreição de Paris.

22 de Março: Comuna em Lyon, Marselha, Narbonne, Toulouse, St. Etienne, Creusot.

26 de Março: Proclamação da Comuna em Paris.

21 de Maio: Os Versalheses entram em Paris.

22/28 de Maio: Semana sanguenta. Barricadas em Paris. As execuções sumárias de federados amplificam-se. Mais de 1600 federados são mortos no Père Lachaise pelos versalheses. Últimas barricadas na Rue Fauboure du Temple e Rue Ramponneau. Execuções em massa dos federados, à metralhadora, que continuarão até Junho.

CAMARADA:
A NOSSA SOBREVIVÊNCIA ESTÁ NAS TUAS MÃOS

O jornal «Combate» é uma tribuna aberta à livre expressão de todos os trabalhadores em luta.
É também um meio pelo qual os trabalhadores podem trocar as suas experiências e aumentarem assim a sua organização autónoma no combate ao capitalismo.

Mas, se grandes são as lutas dos explorados, são fracos os seus recursos financeiros.
O «Combate», que se apoia somente nos trabalhadores, que não é orgão de nenhum partido ou grupo político, tem de lutar constantemente pela sua sobrevivência económica.

Se achas que o «Combate» tem a sua razão de ser na luta dos explorados e dos oprimidos, apoia-nos tornando-te assinante e tornando assinantes os teus amigos e camaradas.

CAMARADA: COLABORA NA NOSSA CAMPANHA DE ASSINATURAS!

ATENÇÃO AOS NOVOS PREÇOS DE ASSINATURAS

☐ QUERIA ASSINAR O **COMBATE** DESDE O N.º .....

1 ano (26 números) — 60$00; 6 meses (13 números) — 30$00; apoio (anual) — 120$00.

Para o estrangeiro há que acrescentar os portes do correio

☐ QUERIA VENDER O **COMBATE**

Junto envio ..... $.....

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

COMBATE
AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C.-D.
LISBOA-4

Nome .....

Morada .....

Profissão .....

(ENVIAMOS OS NUMEROS ANTERIORES A QUEM OS SOLICITAR)

Fonte: www.marxists.org/portugues/tematica/combate

A COMUNA DE PARIS DE 1871

Fez, no dia 18 de Março, 104 anos que teve lugar a insurreição do proletariado parisiense, que produziu a Comuna de Paris. O facto não mereceu entre nós grande relevo, nem na chamada «imprensa livre», nem por parte das organizações chamadas socialistas ou comunistas. A Comuna, porém, primeiro auto-governo revolucionário do proletariado no Mundo, encerra (por isso mesmo), grandes ensinamentos para a luta que em todos os países onde imperam as relações modernas de produção o proletariado trava contra a sua existência alienada — dos Estados Unidos da América à Rússia, de Portugal à China.

Embora no limitado espaço dum jornal pobre, não quisemos deixar de lembrar a epopeia proletária que constituiu a primeira tentativa de destruição do Estado e simultânea criação duma sociedade de livres produtores associados. Para o efeito, escolhemos algumas páginas esclarecedoras escritas por Karl Marx em 1871, extraídas da Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (A. I. T.) sobre a guerra civil em França.

A COMUNA

Na madrugada de 18 de Março, Paris foi despertada por este grito: Viva a Comuna! O que é portanto a Comuna, esta esfinge que põe o espírito burguês à prova?

«Os proletários de Paris, dizia o Comité Central da Comuna no seu Manifesto de 18 de Março, no meio das carências e das traições das classes governantes, compreenderam que tinha chegado a hora de salvar a situação tomando em mãos a direcção das questões públicas. (...)' O proletariado compreendeu que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e de assegurar o seu triunfo tomando conta do poder.»

Mas a classe operária não pode simplesmente tomar conta do mecanismo do Estado tal como este se encontra perante si e pô-lo em marcha para os seus próprios fins. O poder centralizado do Estado, com os seus órgãos omnipresentes (exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura, órgãos produzidos em função duma divisão sistemática e hierárquica do trabalho), tem a sua origem na monarquia absolutista, que serve então à sociedade burguesa nascente como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo. O seu desenvolvimento, porém, permanecia entravado por toda a espécie de refugos medievais, direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais e corporativos e constituições provinciais.

(...) À medida que o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava e intensificava o antagonismo de classes entre o capital e o trabalho, o poder de Estado revestia cada vez mais o carácter dum poder público organizado para a escravidão da classe operária, era a forma dum despotismo de classe. Após cada revolução, que marcava uma progressão da luta de classes, o carácter puramente repressivo do poder de Estado ressaía de modo cada vez mais insolente. A revolução de 1830, que levou a uma transferência do governo dos proprietários de terras para o dos capitalistas, levou-o assim dos antagonistas mais afastados dos operários aos seus adversários mais directos. (...)

Ameaçada pelo levantamento iminente do proletariado, a classe possidente unida serviu-se do poder de Estado, sem merc.ª, com ostentação, como duma máquina de guerra nacional do capital contra o trabalho.

O ESTATUTO DA COMUNA

A antítese directa do Império foi a Comuna. O grito de «República social» pelo qual o proletariado de Paris inaugurou a revolução de Fevereiro não exprimia apenas uma vaga aspiração a uma República que não só devia substituir a forma monárquica da dominação de classe, mas a própria dominação de classe. A Comuna foi a forma positiva desta República. Paris, o centro do antigo poder governamental e, ao mesmo tempo, o foco social da classe operária francesa, pegara em armas para combater a tentativa de Thiers e dos seus fidalgos de restaurarem e perpetuarem esse poder governamental tradicional que lhes legava o Império. Paris só podia resistir porque, em virtude do cerco, se tinha desembaraçado do exército e o tinha substituído por uma guarda nacional cuja massa era constituída por operários. Era preciso transformar isto em instituição. O primeiro decreto da Comuna foi por conseguinte a supressão do exército permanente e a substituição deste exército pelo povo armado.

A Comuna foi composta por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos diversos bairros da cidade, responsáveis e revogáveis a todo o momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas um organismo de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo. A polícia, até então instrumento do governo central, foi imediatamente despojada dos seus atributos políticos e transformada num agente da Comuna, instrumento cujos membros eram responsáveis e revogáveis a todo o momento. O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Desde os membros da Comuna até aos mais baixos escalões, este serviço público devia ser assegurado com salários de operários. Os privilégios de uso e as indemnizações de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios dignitários. As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada das pessoas do governo central. Não apenas a administração municipal, mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram postas nas mãos da Comuna.

Uma vez desembaraçada do exército permanente e da polícia, instrumentos do poder material do antigo governo, a Comuna mostrou-se cuidadosa em destruir o instrumento espiritual de opressão, o poder dos padres; e decretou a destituição e a expropriação de todas as Igrejas que possuíssem bens. Os padres foram relegados para a calma da vida privada, para aí se alimentarem com as esmolas dos fiéis, a exemplo dos seus predecessores, os apóstolos. O conjunto dos estabelecimentos escolares foi aberto ao povo gratuitamente e, ao mesmo tempo, libertado de toda e qualquer ingerência da Igreja e do Estado. Assim, não só a instrução se tornava acessível a todos, como a própria ciência era libertada das cadeias com que os preconceitos e os poderes públicos a tinham toldado. Os funcionários da justiça foram privados dessa fingida independência que apenas servira para mascarar a sua submissão a todos os governos, aos quais, sucessivamente, tinham declarado fidelidade, sucessivamente violada. Tal como os restantes servidores públicos, os magistrados e juízes deviam ser eleg[illegible]veis, responsáveis e revogáveis.

A Comuna de Paris devia, bem entendido, servir de modelo a todos os grandes centros industriais de França. O regime da Comuna uma vez estabelecido em Paris e nos outros centros secundários, também nas províncias o antigo governo centralisado deveria dar lugar ao auto-governo dos produtores. Num esboço sumário de organização nacional que não teve tempo de desenvolver, a Comuna declara expressamente que a forma política até das mais pequenas aldeias devia ser a Comuna e que nas regiões rurais o exército permanente devia ser substituído por uma milícia popular com um tempo de serviço extremamente curto. As Comunas rurais de cada distrito deviam administrar as suas questões gerais através duma assembleia de delegados reunidos na capital do distrito e as assembleias de região deviam por seu turno enviar deputados à delegação nacional de Paris, devendo cada delegado ser a todo o momento revogável e submetido aos seus eleitores pelo mandato imperativo. As funções, pouco numerosas mas importantes, que ficariam ainda para um governo central, não deviam ser suprimidas, mas ser preenchidas por agentes comunais totalmente responsáveis. A unidade da nação não devia ser quebrada mas, pelo contrário, devia ser organizada pela Constituição Comunal e devia tornar-se uma realidade com a destruição do poder de Estado; este pretendia encarnar tal unidade, mas não sendo na realidade mais do que um tumor parasitário no corpo da nação, queria ser independente e superior a ela. Os órgãos puramente representativos do antigo poder governamental deviam ser amputados e as suas funções legítimas, arrancadas a uma autoridade que usurpava uma proeminência acima da própria sociedade, entregues aos agentes responsáveis da sociedade. Em vez de designar uma vez todos os três ou seis anos o membro da classe dirigente que deveria representar e calcar o povo no Parlamento, o sufrágio universal devia estar ao serviço do povo constituído em Comunas (...).

GOVERNO OPERÁRIO E COMUNISMO

A multiplicidade das interpretações a que a Comuna foi submetida e a diversidade de interesses que a explicavam em seu favor mostram que era uma forma política profundamente expansiva, enquanto que todas as antigas formas de governo tinham sido essencialmente repressivas. O seu verdadeiro segredo é este: a Comuna era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe dos produtores contra a classe dos açambarcadores, a forma política por fim descoberta pela qual podia realizar-se a emancipação económica do trabalho. Sem esta última condição, a Constituição Comunal teria sido uma impossibilidade e um engodo. A dominação política do produtor não pode coexistir com a perpetuação da sua escravatura social. A Comuna devia por conseguinte servir de alavanca para desenraizar os fundamentos económicos sobre os quais se baseia a existência das classes e, portanto, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo o homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser atributo de classe.

(...) Apesar do interminável palavreado e da imensa literatura dos últimos 60 anos sobre a emancipação do trabalho, mal tomem os operários, onde quer que seja, a sua causa nas suas próprias mãos para que, imediatamente, ressoe toda a fraseologia apologética dos porta-vozes da sociedade actual e dos seus dois polos: capital e escravidão assalariada (o proprietário fundiário já não é mais do que o parceiro passivo do capitalista); como se a sociedade capitalista estivesse ainda no seu puro estado de inocência virginal, com os seus antagonismos ainda não desenvolvidos, as suas ilusões ainda não descobertas, o seu estado de prostituição ainda não posto a nu! A Comuna, clamam aqueles, entende abolir a propriedade de classe que faz do trabalho da maioria a riqueza duma minoria. Ela visava a expropriação dos expropriadores. Ela queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, terra e capital, hoje essencialmente meios de escravidão e de exploração do trabalho, em simples instrumentos dum trabalho livre e associado. Mas isto, dirão aqueles ainda, isto é comunismo, o «impossível» comunismo! Pois bem, os membros das classes dominantes que são suficientemente inteligentes para compreenderem a impossibilidade de perpetuar o sistema actual (e são numerosos) tornaram-se os apóstolos estorvadores e grandiloquentes da produção cooperativa. Se a produção cooperativa não deve ser uma artimanha e uma armadilha; se ela deve substituir o sistema capitalista; se o conjunto das associações cooperativas deve regular a produção nacional segundo um plano comum, pondo-o assim sob o seu próprio controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista — o que é isto, senhores, senão comunismo, o muito «possível» comunismo?

ESTADO E UTOPIA

A Comuna não foi uma revolução contra uma forma qualquer de poder de Estado, legitimista, constitucional, republicana ou imperial. Foi uma revolução contra o Estado como tal, contra este aborto monstruoso da sociedade; foi o ressurgimento da autêntica vida social do povo, realizada pelo povo. Não foi uma revolução que teve como objectivo transferir o poder de Estado duma fracção das classes dominantes para uma outra, mas uma revolução tendente a destruir esta máquina abiecta da dominação de classe. Não foi um desses combates mesquinhos entre a dominação de classe na sua forma de poder executivo e as suas formas parlamentares, mas uma revolta contra essas duas formas complementares, a forma parlamentar não sendo mais do que um acessório mistificador do poder executivo. (...)

Tal é a Comuna: a forma política da emancipação social, do trabalho libertado da usurpação daqueles que monopolizam os meios de trabalho criados pelos próprios trabalhadores ou oferecidos pela Natureza.

Karl Marx, 1871

ORIGENS DA COMUNA

Desde 1868 que numerosas reuniões, sempre com várias centenas de operários, e operárias têm lugar em Paris várias vezes por mês, e isso até 4 de Setembro de 1870. Estas reuniões, que começaram por ter como objecto a situação da mulher na sociedade, transformaram-se rapidamente em centros de discussão sobre o socialismo. É no decurso destas reuniões que aparece publicamente pela primeira vez a Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada alguns anos antes, em 1864, por operários desconhecidos. A Comuna não rebentou subitamente, foi precedida, assim, por vários anos duma fermentação de ideias, de lutas sociais, no decurso das quais os elos se foram juntando. Através destas reuniões públicas, das «marmitas» (restaurantes-cooperativas), das caixas de greves, das associações operárias profissionais, assiste-se ao surgimento vivo do partido proletário sob a forma que reveste na época. Quando a 4 de Setembro de 1870 o Império tomba e se constitui um governo de Defesa Nacional, na própria noite os membros da Internacional e os delegados das câmaras sindicais operárias reúnem-se para discutirem a atitude a tomar face a este novo governo. A sua primeira tarefa foi a de redigir uma mensagem ao proletariado alemão no sentido do cessamento da luta fratricida. No dia seguinte apelaram à constituição, nos 20 bairros de Paris, de comités de vigilância, que tinham o papel de controlar as actividades da administração do governo da Defesa Nacional. Estes comités formaram um Comité Central. Assim, sete meses antes da insurreição de 18 de Março,

(Continua na pág. 7)

Os princípios da Comuna são eternos e não podem ser destruídos; manifestam-se sempre até que a classe operária consiga a libertação.

K. MARX

PARIS, 18 Março 1871 — Viva a Gloriosa Comuna de Paris - Berço da Revolução Popular. Os operários tomaram o poder, ocuparam a cidade e durante 3 meses tiveram o seu próprio governo. Devido à falta de experiência e organização da classe operária, o primeiro governo popular da História caiu heróicamente a 28 5 1871

Execução gráfica: MIRANDELA & C.ª — LISBOA 2 • Administração e Redacção (provisória): AV. SANTOS DUMONT, 48, R/C.-Dto. — LISBOA • Distribuidora: REGIMPRENSA, SARL
Delegação no Norte: Apartado 193 — VILA NOVA DE GAIA